

Campanha pelas diretas começa dia 7 de julho

Lideranças dos partidos de esquerda e alguns parlamentares do PMDB marcaram para o dia sete de julho o início da campanha das "diretas-já", que ocorrerá na rampa do Congresso Nacional. A decisão foi tomada em reunião que terminou às duas horas da madrugada de ontem, realizada na casa do líder do PDT, Brandão Monteiro (RJ). Participaram o senador Affonso Camargo (PMDB-PR), e os deputados Raquel Capiberibe (PMDB-BA); Hermes Zanetti (PMDB-SC); Sigmaringa Seixas (PMDB-DF); o líder do PT, Luis Inácio "Lula" da Silva; o líder do PC do B, Haroldo Lima (BA); e

Vivaldo Barbosa, também pelo PDT.

O único líder de esquerda que não compareceu foi o deputado Roberto Freire (PCB-PE). Segundo o organizador, Brandão Monteiro, Freire também foi convidado, mas alegou que não poderia comparecer por estar comprometido com o parlamentarismo.

Para viabilizar a organização do primeiro grande comício das diretas, os parlamentares decidiram marcar para ontem à noite uma reunião com as centrais sindicais — CUT e CGT —, além das diretorias de todos os sindicatos do DF. Nessa reunião, explicou Brandão Monteiro, "decidiremos a

tática a ser traçada para atrair o público".

O líder pedetista não acredita que os promotores do comício encontrarão dificuldades para levar público à rampa do Congresso. Na sua opinião, apesar da data estar muito próxima, os últimos acontecimentos políticos e econômicos não exigirão "muito trabalho para convocarmos um grande número de pessoas como na campanha de 1982".

Mesmo assim, a mobilização será feita, com parlamentares distribuindo folhetos nos pontos principais de Brasília, como a plataforma superior da Rodoviária.

Idéia é pressionar Assembléia

A campanha pela realização de eleições diretas é apenas o pretexto que os pequenos partidos estão utilizando para promover uma ampla mobilização popular sobre a Assembléia Nacional Constituinte. "Sem a pressão popular, diz o deputado Aldo Arantes, (PC do B-GO), nós vamos ter que engolir goela abaixo uma Constituição até mais retrógrada que a de 1946. Somente com o povo mobilizado é que poderemos alterar um pouco a correlação de forças".

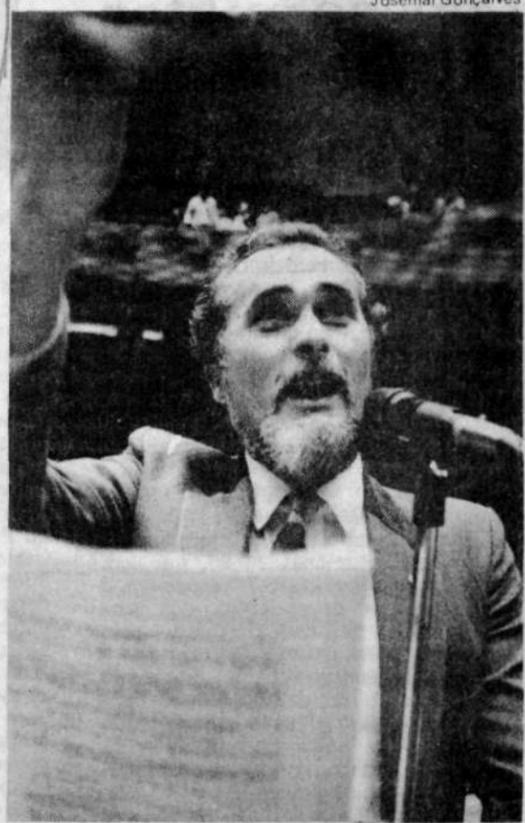


Aldo Arantes

direita, tanto no que diz respeito à ordem política como na ordem econômica". Na ordem política, ele aponta a institucionalização do militarismo, com a manutenção do papel das Forças Armadas como agentes da repressão aos movimentos populares; estabelecimento de um governo autoritário, com a instituição do estado de Defesa por decreto do presidente da República — o que para ele corresponde de alguma forma ao Estado de Sítio — sem ouvir o Congresso, "ou seja, a

incorporação do estado de Emergência, instrumento da ditadura militar, ao texto da constituição"; criação do voto distrital, um mecanismo que não seu entender inviabiliza a representação progressista no Congresso Nacional. "E a institucionalização da política do curral eleitoral, porque longe de reduzir, aumenta profundamente a influência do poder econômico. E, longe de democratizar, elitiza ainda mais o parlamento".

O relatório da Comissão da Ordem Econômica, aprovado com a ausência dos 23 parlamentares integrantes do grupo progressista na manhã do último sábado, representa uma "tração aos interesses nacionais", na opinião de Aldo Arantes. "A conceitualização de empresa nacional, afirma, permite que uma empresa constituída por capitais estrangeiros, mas organizada no Brasil, seja considerada empresa nacional, com todos os benefícios a ela concedidos. Além disso, o relatório abre para estas empresas a exploração de minérios.



Genoino aponta retrocesso da nova Carta

PT vai à rua para mudar a Constituinte

A bancada do PT na Constituinte, inconformada com o conteúdo dos anteprojetos, pretende reapresentar no mínimo 300 emendas e dez propostas populares referendadas por 30 mil assinaturas cada uma e pelos 16 deputados federais, para que a comissão de Sistematização



acolha as principais bandeiras do partido excluídas dos substitutivos dos relatores das comissões temáticas.

Estatização dos bancos, reforma agrária, medidas restritivas ao capital estrangeiro, fim do Conselho de Segurança Nacional e da intervenção das Forças Armadas na ordem interna, voto proporcional e sistema presidencialista com mandato de 4 anos são os principais pontos defendidos pelo Partido dos Trabalhadores para constarem na nova Constituição.

O descontentamento dos petistas é visível ao ponto do vice-líder, deputado José Genoino (PT/SP), revelar que a Constituinte "caminha a passos de caranguejo, pois estão fazendo uma Constituição mais retrógrada do que a de 46". O parlamentar frisou que o partido pretende ir até a última instância, à votação em plenário, na tentativa de incluir propostas do programa partidário no texto constitucional. "Entendimento e negociação são palavras de fariseus", desabafou Genoino, ao afirmar que "agora é o momento da batalha política e que o PT está com as munições preparadas para defender os direitos do povo".

Mas as diretrizes ideológicas do PT não se resumem a estes tópicos, pois o vice-líder ainda acrescentou os seguintes princípios: propriedade subordinada à função social, legitimidade da representação popular direta (Tribunal de Garantias Constituintes e iniciativas populares na Constituição), legalização do aborto (como até 90 dias de gestação e garantido pelo Estado) e o direito do cidadão insurgir contra medidas que firam os direitos humanos.

Carta pode nascer morta, diz Brandão

"Corremos o risco de ver nascer uma Constituição morta". A afirmação pessimista é do líder do PDT na Câmara, Brandão Monteiro (RJ). Ele reconhece que até hoje todos os constituintes trabalharam muito, mas mesmo assim o resultado foi "um grande retrocesso entre as discussões iniciais e os anteprojetos aprovados pelas Comissões".



Brandão Monteiro

Brandão Monteiro acredita que o quadro é praticamente irreversível, mas já está se preparando para tentar derrubar "o retrocesso no plenário". Para isso, pretende se aliar aos partidos de esquerda e buscar apoio nos moderados do PMDB e também PFL. O líder do PDT descarta a hipótese de negociação com a direita, mesmo nos temas que não envolvam ideologia política.

Apesar do negativismo, Brandão reconhece que existem anteprojetos como o das Comissões da Ordem Social e dos Direitos e Garantias Individuais do Homem e da Mulher que evoluíram bastante. Crítica fortemente o anteprojeto do deputado Egídio Ferreira Lima (PMDB-PE), da Comissão de Organização de poderes. "Ele criou um monstro que resolve os problemas do Sarney — com o mandato de cinco anos — e do PMDB, premitindo finalmente que Ulysses Guimarães assumira o poder.

"Parlacasuismo" o parlamentarismo "monstro" aprovado na Comissão de Organização de Poderes e Sistema de governo é uma demonstração do "casuismo político brasileiro". Toda vez que se fala em parlamentarismo no país, declara, "é só para destruir, nunca construir". Para ele, a "farsa pode ser observada quando esse anteprojeto não permite a dissolução do Parlamento. Quem já ouviu falar em parlamentarismo sem dissolução de parlamento?", questionou indignado, acrescentando que o sistema aprovado é um "parlacasuismo".

Por isso, explica uma das metas principais do PDT é a eleição presidencial em 1988. Salieta que isso não significa que o partido ficará desatento para as outras discussões. "Dentro do programa do PDT resta ainda lutar por uma definição correta da empresa nacional, defesa dos minerais estratégicos e reforma agrária de verdade".

Outra proposta a ser defendida pelo partido é a reforma tributária profunda. Segundo o deputado Brandão Monteiro a Comissão do Sistema Tributário não obteve grandes avanços. Na sua opinião, "apenas algumas alíquotas a mais para os municípios não é suficiente". Ele pretende propor a instituição de tributos sobre heranças e principal, ganho de capital.

Haddad crê em bom senso

Com exceção do PSB (Partido Socialista Brasileiro), outros partidos pequenos de esquerda, como o PCB (Partido Comunista Brasileiro) e PMB (Partido Municipalista Brasileiro) estão otimistas quanto aos resultados obtidos nas Comissões Temáticas da Constituinte até agora. O PSB coloca todas as suas esperanças de se conseguir melhores resultados nesta nova fase de trabalhos da Comissão de Sistematização.

Segundo o líder do PSB, senador Jamil Haddad (RJ), a direita, durante a fase das Comissões Temáticas, não admitiu nenhuma brecha para negociações, o que impossibilitou, de fato, avanços no campo social e econômico. Manifestando-se bastante decepcionado com o que tem visto até agora na Constituinte, Haddad acredita que o bom senso certamente vai nortear os trabalhos da Comissão de Sistematização, da qual participam todos os líderes partidários.

Haddad criticou alguns retrocessos ocorridos na fase anterior, tais como o projeto de reforma agrária, que segundo ele, ficou aquém do Estatuto da Terra do governo Castelo Branco, e o conceito de empresa nacional que possibilita um maior avanço das multinacionais no país, além do monopólio estatal do petróleo. O único elogio de Haddad, ficou para o cumprimento dos prazos estabelecidos pelo regimento interno da Constituinte.

De qualquer forma, Haddad afirma que irá lutar, dentro da Comissão de Sistematização, por alguns pontos programáticos de seu

partido, entre eles a estatização dos bancos e maiores reformas na área social, "para que passemos do capitalismo para um socialismo democrático de forma lenta e gradual". Por fim, o senador admitiu que, para se conseguir tais avanços, deve haver uma mobilização no sentido de sensibilizar os constituintes do centro, que em última instância são os que vão decidir o texto final da Constituição.

Já o líder do PCB, deputado Roberto Freire (PE), compartilha com o líder do PSB a necessidade de uma maior intervenção do Estado na economia do país, e mais a questão da propriedade, embora admita que estes não serão temas fáceis de se inserir na Constituição. Contudo, Freire está otimista quanto ao resultado final, porque, segundo ele, nas Comissões Temáticas houve mais avanços que retrocessos, sobretudo na Comissão da Ordem Social e da Soberania dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher.

Admitiu ainda que a Constituinte tem sido até aqui ambidestra. Ou seja, coexistem com igual peso as forças conservadoras e progressistas.

Unico representante do PMB na Constituinte, o senador Antônio Farias (PE) assegurou que o grande projeto, de fato, da Constituinte surgirá agora na Comissão de Sistematização. "mas quem vai decidir, realmente, vai ser mesmo o plenário". Farias foi condescendente com as divergências ocorridas durante a fase das Comissões Temáticas, justificando ser impossível conciliar os interesses políticos de 559 constituintes.

PTB critica "extremismo" em anteprojeto

O PTB não está gostando dos resultados obtidos até agora pela Constituinte, considerando os anteprojetos das comissões temáticas muito "extremistas" — tanto para direita, quanto para a esquerda. Segundo o vice-líder na Câmara, Roberto Jeferson, a tendência do partido "é o centro", mas mesmo assim existe um problema interno: a duração do mandato do presidente José Sarney e o sistema de governo.

O deputado Roberto Jeferson afirma que a tese defendida pelo líder da bancada, deputado Gastone Righi — cinco anos e parlamentarismo —, não reflete a maioria. "Temos um grupo grande que quer quatro anos para Sarney e presidencialismo". Na sua opinião, a aprovação do parlamentarismo e do mandato de cinco anos na Comissão de Organização dos Poderes e Sistema de Governo é "casuismo", que atende interesses do PMDB. "Eu não vou permitir que entreguem o governo ao deputado Ulysses Guimarães de presente", comentou ironicamente.

De acordo com o vice-líder do PTB, o partido teve muitas vitórias nas comissões. As principais estão na ordem social que aprovou a jornada de 40 horas semanais e estabilidade no emprego. Garante que a partir de agora tentarão garantir a paridade entre as pensões do homem do campo e urbano, além de reduzir o tempo de serviço para aposentadoria.

A grande derrota do PTB foi a reforma agrária. O deputado Roberto Jeferson afirma que o partido não concorda com o texto que foi aprovado na Comissão de Ordem Econômica.

"Queremos apenas a distribuição de terras improdutivas". Acrescentou.